

# SVO vai derrubar obras em área pública

Fotos: Antonio Cunha

Os fiscais do Departamento de Fiscalização e Licenciamento do GDF começam nesta semana um levantamento completo dos bares e restaurantes do Plano Piloto e dos Lagos Norte e Sul para saber quanto da área pública foi invadida pelos estabelecimentos e com que tipo de material. "Quem avançou mais do que 70% da área de sua loja no terreno público, vai ter que recuar; quem construiu em alvenaria, vai ter que desmanchar tudo". Quem garante isso é o secretário de Viação e Obras Wanderley Vallin, que promete regularizar tudo até o final do ano, fazendo também com que os proprietários destes estabelecimentos paguem taxa pela área ocupada.

Pelo atual Código de Edificações, os bares e restaurantes podem avançar às calçadas apenas com toldos de lona e um pequeno muro de 30 centímetros. Mas, no Plano Piloto, e principalmente na Asa Sul, eles estão ocupando as passagens das quadras comerciais ou avançando

em direção às superquadras com construções em alvenaria, o que, pela palavra do secretário, não será permitido. "É justo que, em caráter precário pelo menos, os bares e restaurantes avancem em construções de madeira, vidro ou de lona e que paguem uma taxa por esta utilização. Só não podemos permitir a privatização da área pública", diz Vallin.

Ainda que as palavras do secretário soem sinceras, parece que o GDF deixou que os avanços passassem do ponto onde seria mais fácil usar o freio da legislação. Estabelecimentos como a casa de chá Pralinée (205 Sul) ou o restaurante Florentino (405 Sul) - dois dos muitos casos de invasão - cobriram com tijolo e luxo todo o espaço reservado ao público nas esquinas das quadras. Apostaram alto para ver se as marretas e picaretas do GDF terão mesmo coragem de encostá-los de volta contra a parede da modesta loja do gabarito original.

## Gilnei Garcia Lima

Entre um filé e outro, de chopinho em chopinho, os bares e restaurantes engordam seus espaços e tomam assento em áreas públicas. Em parte, obedecem os traços de uma arquitetura inconsciente e espontânea destes milhares de imigrantes que surpreenderam todas as expectativas de ocupação da capital e subverteram "na marra" o destino urbanístico traçado na prancheta de Lúcio Costa.

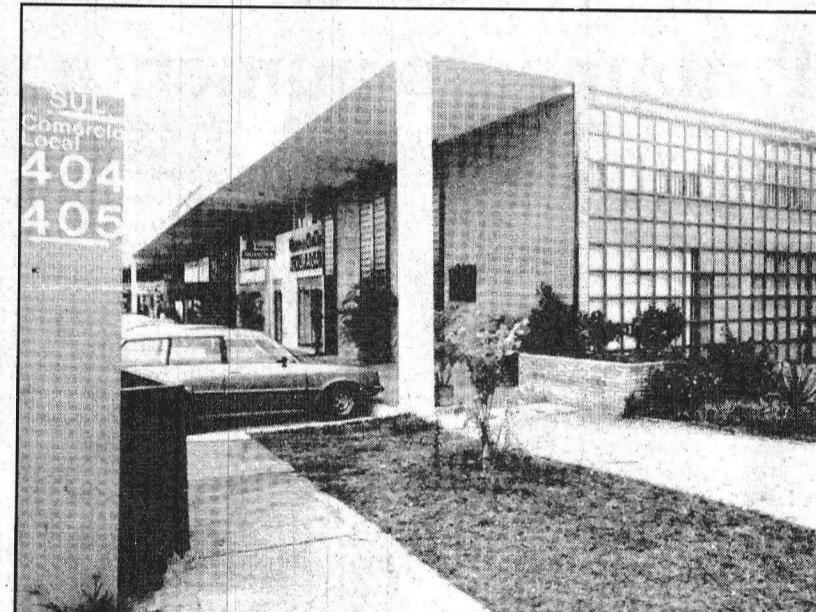
Mas, ao invadirem as calçadas com paredes, mesas, garçons e freqüentes, os proprietários destes estabelecimentos privatizam o caminho dos moradores e alimentam seus caixas com um dinheiro ganho dentro de uma área pela qual não pagam um único centavo. Os sucessivos governos do GDF não têm feito outra coisa a não ser empurrar o problema com a barriga.

Mesmo um cálculo grosseiro, considerando hipóteses extremamente tímidas, é capaz de sustentar que, só na Asa Sul — onde o quadro é mais crítico — existem no mínimo 24 mil e 500 metros quadrados de área pública invadida e uma perda de NCz\$ 2,6 milhões ao ano em tributos. O cálculo é grosseiro porque só agora começam a ser levantados quantos e com que tipo de material os bares e restaurantes abriram as portas para caminhar para a área pública.

O cálculo é tímido porque considera um total de 500 estabelecimentos — e são muito mais — nas 56 quadras da Asa Sul. E, para evitar exageros, se levou em conta que cada bar possui um espaço inicial de duas lojas de 3,5 x 10 metros — e a maioria ocupa mais — e que sua invasão não ultrapassasse e quase sempre ultrapassa — em 70% a área total do andar térreo das lojas.

## Primeiros passos

Tudo começou quando o Código de Edificações da cidade, tentando evitar uma imagem de carrancudo, resolveu ser condescendente e per-



As obras de alvenaria, como a do Florentino, serão removidas

mitir que o comércio avançasse na área pública com toldo de lona. Para represar o rio que as chuvas fortes de verão acrecentavam inconvenientemente ao cardápio, foi permitida a construção de uma mureta de 30 centímetros cercando a área. Foi suficiente: o alicerce da "privatização" irregular estava no chão. De centímetro em centímetro foram empurrando a lona para o alto e chegaram ao teto, onde trocaram a lona pelo plástico, pelo zinco e, enfim, pela telha de barro.

"Não entendo porque eles deixam de se manter dentro das normas utilizando materiais mais simples como as esquadrias e os vidros, apelando para a alvenaria", questiona a diretora do Departamento de Urbanismo da SVO (Secretaria de Viação e Obras), Eliane Silveira. Ela cita o restaurante Forty Five da 203 Sul como um bom exemplo do "uso adequado do vidro e da jardinagem".

## Área inútil

Na cabeça do decorador e ge-

rente do Costelas e Costelas (404 Sul), D'Moura, os restaurantes estão avançando sobre uma área "inútil". Ele diz que 40% do investimento da casa foi consumido pela área de ampliação, que utiliza tijolos à vista e vitrões no teto. "Todo mundo amplia sabendo que corre o risco de ter de derrubar, mas se isto acontecer, terá de ser com todos", comenta João Miranda um dos sócios da casa, confessando assim um código de edificações oficial, mas que tem se sobreposto ao código do GDF: o de pagar para ver.

"A questão é que os gabaritos dos prédios das comerciais não comporta mais a clientela e Brasília não oferece outro espaço para quem pretende hoje abrir um restaurante", queixa-se o chefe de gabinete da presidência da Associação Comercial do DF, Luiz Uema. Mas ele admite que o GDF precisa disciplinar esta expansão e propõe a construção de calçadões com marquises na área entre os bares e os prédios residenciais.



A invasão prejudica os pedestres mas dá bom lucro aos bares que ignoram a legislação

## Distorções viram rotina

**R**uidosa pelos automóveis que não pára de colocar em circulação, a explosão demográfica de Brasília acabou virando pelo avesso o planejamento comercial das superquadras. As lojas deram as costas aos blocos residenciais e mudaram a fachada para agradar a quem passasse pela via de acesso às entrequadras que, pelo projeto original, deveriam servir apenas à carga e descarga. Assim, o serviço de vizinhança estendeu-se à cidade inteira e o cargo e descarga acabou virando um magro e confuso estacionamento.

Os Ruvs (Restaurantes de Unidade de Vizinhança), como o Estação 109, que deveriam abrigar os grandes restaurantes, se mostraram inadequados e, no ano passado, acabaram sendo liberados para outros usos, como padarias e escolas de balé. E como a indústria automobilística ainda andava a pé quando os Ruvs foram planejados, o resultado é que o estacionamento, hoje, acaba também invadindo os canteiros das quadras residenciais.

## Repensando

"É claro que algumas mudanças precisam acontecer para que seja estimulada esta vitalidade, esta busca de vivência da cidade, mas sempre coibindo os abusos", recomenda o urbanista Lúcio Costa, que pensou Brasília sem as neuroses das grandes metrópoles. Ele imaginou que, após o trabalho, as pessoas de cada quadra iriam às suas respectivas comerciais comprar ou fazer as refeições. Os poucos que viessem de fora utilizariam o estacionamento dos blocos. "Mas esta setorização prevista era no sentido de uma orientação e não de exclusão", esclarece agora, aos 87 anos, o pai do planejamento.

Diante da expansão imobiliária e do crescimento do número de restaurantes, a situação dos funcionários do Departamento de Fiscalização e Licenciamento do GDF se parece muito com a do malabarista que tem de atender aos vários pratos que colocou a rodar ao mesmo tempo. Apesar da prática, a situação dos fiscais consegue ser pior porque eles estão com os sapatos grudados na cola de uma legislação indecisa e que só agora começa a botar em prática um decreto de utilização de espaços públicos assinada em 18 de novembro de 1987.

## Parede

"A gente mal vira as costas e eles já ergueram uma parede", diz desolado, Bráz Inocêncio Barros sobre as invasões dos bares em áreas públicas. Funcionário público há 32 anos e 11 como fiscal, ele cansou de se surpreender com paredes de bares erguidas num único feriado, sobre uma área pública "que na sexta-feira estava completamente limpa".

O Departamento tem pouco mais de 40 fiscais — muitos à beira da aposentadoria — para revisar cada residência em construção no DF, as obras em áreas públicas, a instalação dos camelôs, feiras livres, circos e parques; enfim tudo que diga respeito à ocupação de áreas públicas ou não. E para locomoverem-se, sete veículos que a assiduidade às oficinas reduz para uma disponibilidade de apenas quatro, como confessa o chefe da fiscalização, Paulo Costa.

Por todas estas é que já se foi o tempo em que os fiscais amedrontavam. Retirar um simples boteco, instalado num barraco de invasão, sem licença, soa como desanimador para a fiscalização. (G. G. L.)